ANEXO 04 - DOCUMENTOS DA SPE

ANEXO 04.1 – QUADRO SOCIETÁRIO DA SPE

Acionista	Ação Ordinária	%
Triunfo Participações e Investimentos	429.710.000	100%
Total	429.710.000	100%

ANEXO 04.2 – SÍNTESE DE INFORMAÇÕES DA SPE

1. Histórico da Sociedade de Propósito Específico (“SPE”)

A Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com registro na CVM, com sede na cidade de Goiânia, Goiás, e possui como acionista a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“TPI” ou “Controladora”).

O Contrato de Concessão nº 004/2013 foi celebrado em janeiro de 2014, tendo por objeto a exploração de aproximadamente 1.176,5 quilômetros das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, abrangendo o Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais. Em decorrência das mudanças ocorridas na política pública de infraestrutura de transportes e dos mecanismos posteriormente instituídos para reestruturação das concessões federais, a concessão passou por processo de reorganização.

Nesse contexto, o trecho originalmente concedido foi segmentado em três projetos, sendo, Rota do Zebu, Rota Sertaneja e Rota Pequi. As Rotas do Zebu e Sertaneja foram objeto de novos processos licitatórios e transferidas aos respectivos concessionários.

Permaneceu sob responsabilidade da Concebra a operação da Rota do Pequi, correspondente ao trecho compreendido entre Brasília/DF e Hidrolândia/GO.

Em 2026, foi aprovada pelo Tribunal de Contas da União solução consensual destinada à continuidade da concessão da Rota do Pequi, formalizada por meio de Termo de Autocomposição celebrado entre as partes envolvidas. O instrumento estabelece as condições para a continuidade da operação pela Concebra durante o período de transição até a transferência da concessão ao futuro concessionário, assegurando a continuidade da prestação dos serviços públicos e a preservação do interesse público.

2. Principais atividades da SPE

2.1. Operações da SPE

A Companhia é a concessionária responsável pela administração de 210,03 quilômetros de rodovias federais no Brasil, abrangendo o Distrito Federal e Goiás. Este trecho inclui partes das rodovias BR-060 e BR-153, conectando importantes centros urbanos e regiões industriais.

Trecho administrado

O segmento mantém sua relevância como eixo estratégico de integração regional, conectando importantes municípios dos estados de Goiás e o Distrito Federal, bem como assegurando acesso à capital federal.

Para a execução dos serviços essenciais, a SPE mantém cerca de 400 profissionais diretos, que atuam em 4 bases operacionais, 2 praças de pedágio da concessão, em 1 lote de conservação e

em uma sede administrativa. O trecho é composto por 55 pontes, 23 passarelas de pedestres. No segmento há 4 postos de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal

A Figura 1 apresenta um mapa da localização geográfica do trecho concedido.



Figura 1 Área de concessão da Concebra

2.2. **Resumo do Contrato de Concessão nº 004/2013**

O Contrato tem como objetivo a exploração do sistema rodoviário por meio da iniciativa privada, contemplando a recuperação, operação, manutenção e implantação de melhorias ao longo do trecho concedido.

O trecho original da Concebra possuía 1.176,50 quilômetros das rodovias BR 060, BR 153 e BR 262, sendo: 630,20 km da BR 060 e BR 153, desde o entroncamento com a BR 251, no Distrito Federal, até a divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e 546,30 km da BR 262, do entroncamento com a BR 153 ao entroncamento com a BR 381, no estado de Minas Gerais.

Abrangia 31 municípios em Minas Gerais, 15 municípios em Goiás e o Distrito Federal, sendo um estratégico corredor logístico, que conecta Brasília, Goiânia, Uberlândia, Uberaba e Belo Horizonte, além de fazer a ligação de São Paulo com essa região.

A tarifa básica de pedágio quilométrica teve valor inicial de R$ 0,02851 referenciada ao mês de maio de 2012, contado a partir da data de assunção, ocorrida em 05 de março de 2014.

Para a execução dos serviços conforme o Programa de Exploração da Rodovia (PER) a Concebra empregou mais de 1.200 profissionais diretos que atuavam nas 24 bases operacionais, 11 praças de pedágio, 6 lotes de conservação, 2 sedes administrativas e 2 balanças de pesagem veicular.

Em atendimento à política pública, após estabelecido o procedimento que compreende a extinção amigável do contrato de parceria e a celebração de um novo ajuste negocial para o empreendimento, em novas condições contratuais e com novos contratados, mediante licitação promovida para esse fim (relicitação), o governo optou por dividir o trecho original sob concessão da Concebra em três segmentos, denominados “Rota do Zebu” e “Rota Sertaneja”, cujos projetos foram avaliados e aprovados no Acórdão 1.062/2024-TCU-Plenário. Já o trecho denominado

“Rota do Pequi”, no segmento Brasília-Hidrolândia, seguiu os trâmites do processo de otimização contratual no âmbito da SECEX Consenso.

A Rota do Zebu teve o edital lançado em 23/07/2024, com o leilão em 31/10 daquele ano, o contrato assinado em 14/2/2025 e a assunção do trecho pelo novo controlador em 21/03/2025. Assim, a Concebra deixou de operar a BR-262 do km 353 ao km 803.

A Concebra passou a administrar 733,3 quilômetros de rodovias em 29 municípios, abrangendo BR 060, BR 153 e BR 262 no Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais. São 630,2 quilômetros da BR 060 e da BR 153, desde o entroncamento com a BR 251/DF até a divisa do estado de Minas Gerais com São Paulo, somados a 103 quilômetros da BR 262, que vão do entroncamento com a BR 153/MG ao entroncamento com a BR 050/MG. Esse trecho teve o edital lançado em 24/07/2025, com leilão realizado em 06/11 daquele ano e a assunção do novo controlador em 26/03/2026.

Restando à administração da concessionária o trecho compreendido entre Hidrolândia e Brasília, sendo 210,03 km, correspondente à BR-060/DF, BR-060/GO do km 0 ao km 138 e à BR-153/GO, do km 490 ao km 529+800, que se mantém como objeto do Contrato de Concessão.

Destacam-se os principais marcos contratuais:

i o contrato foi assinado em 31 de janeiro de 2014, com início da concessão em 05 de março de 2014. A Concessionária iniciou a arrecadação de pedágio em 27 de junho de 2015 nas 11 praças² de pedágio sob sua administração;

ii em 28 de novembro de 2023, a Concessionária protocolou seu interesse na readaptação e otimização do contrato de concessão, com fundamento na Portaria n° 848/2023 do Ministério dos Transportes;

iii após a análise e processamento do pedido de readaptação junto ao Ministério, a alteração da política pública foi aprovada mediante a portaria 862 de 10 de setembro de 2024 do Ministério dos Transportes. O processo foi encaminhado à ANTT que, após análise técnica e jurídica, manifestou-se pela possibilidade de renegociação e encaminhou Solicitação de Solução Consensual ao Tribunal de Contas da União (“TCU”), admitida em 22 de dezembro de 2024 e aprovada em 15 de julho de 2026;

iv os trabalhos da CSC tiveram início em 17 de março de 2025, com a publicação da Portaria-Segecex n. 07 de 19 de março de 2025, e término em 17 de junho de 2025, sendo prorrogada até 17/07/2025, ou seja, mais 30 dias.

2.3. **Principais índices históricos de desempenho operacional 2024 e 2025:**

A Tabela 1 apresenta a comparação mensal de Veículos Equivalentes Pagantes (VEQ Pagantes) entre 2024 e 2025, com a respectiva variação percentual de um ano para o outro. Observa-se que 2025 inicia com desempenho superior ao registrado em 2024, com crescimento de 2% em janeiro e fevereiro. Entretanto, a partir de março, verifica-se uma mudança de tendência, com redução de 5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Essa alteração está relacionada à transição, ocorrida em março de 2025, do trecho denominado Rota do Zebu, quando cinco praças de pedágio deixaram de ser administradas pela Concebra. Dessa forma, a redução observada a partir desse período reflete não apenas a variação do volume de tráfego, mas também a diminuição da base operacional da concessionária e, consequentemente, do número de veículos equivalentes pagantes contabilizados.

A partir de abril, as reduções tornam-se mais expressivas, variando entre -23% e -26% ao longo dos meses subsequentes. Abril e maio registram retração de 24%, enquanto junho e agosto apresentam redução de 25%. Em julho, a queda permanece elevada (-24%), evidenciando um novo patamar de arrecadação compatível com a operação remanescente da concessionária.

No segundo semestre, o cenário permanece relativamente estável. Setembro e outubro registram redução de 23%, enquanto novembro apresenta queda de 25%. O maior recuo ocorre em dezembro, quando o volume de VEQ Pagantes passa de 8.024.550 para 5.938.807, representando uma redução de 26% em comparação ao mesmo mês de 2024.

Na comparação entre 2025 e 2026, observa-se uma redução ainda mais expressiva no volume de Veículos Equivalentes Pagantes (VEQ Pagantes). O primeiro trimestre já apresenta retração de 27% a 28%, com janeiro e fevereiro registrando queda de 28% e março de 27%. A partir de abril, as reduções tornam-se significativamente mais acentuadas, variando entre 56% e 57%, reflexo da transição do trecho da Rota Sertaneja, ocorrida em março de 2026, quando quatro praças de pedágio deixaram de ser administradas pela Concebra. Dessa forma, os volumes registrados a partir de abril refletem a nova configuração operacional da concessionária, que passou a operar duas praças de pedágio. Assim, as reduções observadas na comparação entre 2025 e 2026 decorrem, predominantemente, da diminuição da malha concedida e da consequente redução da base de arrecadação, mais do que de uma efetiva retração da demanda de tráfego.

Tabela 1 - comparação mensal de Veículos Equivalentes Pagantes

Mês	2024	2025	2026	Var.% 2024 X 2025	Var.% 2025 X 2026
janeiro	7.703.997	7.834.307	5.666.598	2%	-28%
fevereiro	7.183.341	7.360.038	5.313.071	2%	-28%
março	7.716.953	7.323.989	5.350.031	-5%	-27%
abril	7.559.613	5.767.723	2.508.012	-24%	-57%
maio	7.926.449	6.053.554	2.659.761	-24%	-56%
junho	7.936.882	5.952.307	2.582.894	-25%	-57%
julho	8.648.690	6.615.136	2.871.774	-24%	-57%
agosto	8.458.919	6.348.447		-25%	
setembro	8.347.317	6.460.855		-23%	
outubro	8.539.009	6.587.669		-23%	
novembro	7.842.358	5.907.697		-25%	
dezembro	8.024.550	5.938.807		-26%	

Fonte: Concebra.

Em 19 de fevereiro de 2024, a ANTT aprovou o reajuste anual da Tarifa Básica de Pedágio ("TBP") por meio da decisão da SUROD nº 761, de 29 de dezembro de 2023, correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") que resultou em um acréscimo de 7,25% e 5,88% sobre as tarifas de pedágio das praças P1 e P2, respectivamente. A tabela 2 apresenta as tarifas vigentes:

Tabela 2 - Tarifa vigente em 31 de dezembro de 2025

CAT.	EIXO	CATEGORIA	VALOR P01 ALEXÂNIA/GO	VALOR P02 GOIANÁPOLIS/GO)
1	2	Automóvel, caminhonete e furgão	R$ 7,40	R$ 5,40
2	2	Caminhão leve, ônibus, caminhão-trator e furgão	R$14,80	R$ 10,80
3	3	Automóvel e caminhonete com semirreboques com 01 eixo	R$ 11,10	R$ 8,10
4	3	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e ônibus	R$ 22,20	R$ 16,20
5	4	Automóvel e caminhonete com reboque com 02 eixo	R$ 14,80	R$ 10,80
6	4	Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboques	R$ 29,60	R$ 21,60
7	5	Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboques	R$ 37,00	R$ 27,00
8	6	Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboques	R$ 44,40	R$ 32,40
9	2	Motocicletas, motonetas, triciclos e bicicletas motorizadas	R$ 3,70	R$ 2,70
10		Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	ISENTO	ISENTO
11	7	Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboques	R$ 51,80	R$ 37,80
12	8	Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboques	R$ 59,20	R$ 43,20
13	9	Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboques	R$ 66,60	R$ 48,60
14	10	Caminhão-trator, caminhão com reboque	R$ 74,00	R$ 54,00

Fonte: https://www.triunfoconcebra.com.br/home

2.4. **Desempenho econômico-financeiro (exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025)**

Conforme a Tabela 3 abaixo, a receita de pedágio caiu 18,60%, passando de R$ 692,4 milhões em 2024 para R$ 563,6 milhões em 2025. Esta redução reflete o redimensionamento da concessionária, com a redução de 11 praças de pedágio em 2024 para 7 praças de pedágio em 2025.

A receita de construção caiu 73,01%, saindo de R$ 92,6 milhões em 2024 para R$ 25 milhões em 2025. A variação se justifica em parte pela descontinuidade do trecho atribuído a Rota Zebu.

As outras receitas operacionais reduziram em 81,27%, de R$ 5,9 milhões em 2024 para R$ 1,1 milhões em 2025.

Tabela 3 - Dados sobre receita

Receita Bruta (em R$ milhares)	2024	2025	Var%
Receita de pedágio	R$ 692.368	R$ 563.600	-18,60%
Receita de construção	R$ 92.600	R$ 24.995	-73,01%
Outras receitas	R$ 5.912	R$ 1.107	-81,27%
Total	R$ 790.880	R$ 589.702	-25,44%

Fonte: Demonstrações financeiras da Concessionária